

# Comissão Especializada Permanente

## Transportes e Mobilidade

### 6º comissão

#### ATA Nº 22/XIII-3º/2023/24

Aos vinte e seis dias do mês de Outubro de 2023 pelas 10.30 horas, realizou-se a vigésima segunda reunião da 6ª comissão permanente no chalet Ribeiro Telles com a comissão de trabalhadores da SOFLUSA

- Ponto da situação a nova frota

Estiveram presentes os seguintes deputados municipais: Luis Palma, José António Rocha, Paulo Viegas, Ivo Almeida, Pedro Dias Pereira, António Pedro Maco, Beatriz Ferreira, Margarida Paulos e João Galdes.

Estiveram presentes em representação da comissão de trabalhadores: Paulo Rodrigues, Dário Dias

- Abertura da reunião pelo presidente da comissão Luis Palma, agradecendo a presença dos representantes da comissão de trabalhadores da SOFLUSA e fazendo o enquadramento para o debate na comissão, após reuniões com vários órgãos sobre a transformação que estamos a viver no sector dos transportes públicos, neste caso em concreto a nova frota de barcos cem por cento eléctricos que inevitavelmente se repercute nos quadros e nas necessidades, que implica outra visão e conhecimento das novas tecnologias, e a importância de debater a intenção de fusão das duas empresas. ( SOFLUSA e TRANSTEJO).

- António Pedro Maco começa por referir as várias reuniões realizadas no âmbito dos transportes públicos fluviais, perguntado se a comissão de trabalhadores tem alguma informação sobre a anunciada fusão das empresas, quais as perspectivas? A escolha desta tipologia de navios é a indicada no que respeita às condições de segurança? o número de trabalhadores é suficiente? Os pontões adequados à nova frota estão assegurados? Que previsões para a operacionalização?

- Margarida Paulos diz que a preocupação, quer da nova administração, quer dos trabalhadores é legítima, todas as condições de segurança devem estar salvaguardadas, questiona a comissão de trabalhadores sobre a relação com a nova administração, quais as reivindicações, as dúvidas e quais as dificuldades iniciais.

- para responder às questões colocadas pelos deputados usa da palavra o representante da comissão de trabalhadores Paulo Rodrigues começando por dizer que enquanto maquinista naval, a procura do conhecimento é constante e para alguma progressão na carreira são necessários cerca de nove anos, em relação ao lítio diz que para determinada potência instalada, todo o processo de retirada do lítio é feita com ácido sulfúrico, processo altamente poluidor e opina que a melhor solução seria o hidrogénio ou o amónio, o lítio não é a melhor solução.

Sobre a tipologia dos novos navios pelo pouco que sabemos, a equação não bate certo, a fibra tem fragilidades, o navio tem condicionantes nomeadamente a fragilidade do casco que não serão as melhores para salvaguarda da segurança, refere a existência de alguns incidentes tendo em conta que os núcleos de baterias são metidos nos navios, que contribui para o aumento de perigosidade.

Esta frota foi impingida pelo Ministério, considera que os estudos para implementação deste tipo de navios tem que ser devidamente fundamentado com as experiências no terreno, continua dizendo que o sobreaquecimento na aceleração é uma possibilidade e que é um absurdo a aquisição de dez protótipos. sobre a fusão das empresa diz que não é desejada por todos, a mistura não é um caminho correcto, são modelos de operacionalização própria, a gestão não tem sido bem feita como por exemplo a venda de

navios por um valor demasiado baixo. A empresa tem sofrido alguma regeneração, a frota da Transtejo em termos de operacionalização não é a mais adequada, sobretudo por falta de formação.

Sobre a administração anterior diz que no primeiro mandato conseguiu, ainda que com dificuldade a recuperação da frota, no segundo mandato as coisas não correram tão bem, discrepância no tratamento dos trabalhadores, reconhecendo no entanto o bom trabalho na recuperação da frota. Diz que os concursos de manutenção privilegiam algumas empresas, existem muitas dúvidas sobre os critérios adotados, após intervenção da comissão o concurso caiu, e foi feito um ajuste direto de dois milhões até ao final do ano. Questiona se a intenção de fundir as duas empresas não será para concessionar? Refere falta de pontões, frota envelhecida, cais inadequados, etc. insiste na opinião de que a fusão das duas empresas não será a solução. Em relação à aquisição de barcos cem por cento eléctricos diz que suscita dúvidas sobre a sua fiabilidade, tendo em conta as características do rio que obriga a muitos pontos de aceleração e desaceleração e a tipologia dos barcos apresentam mais fragilidades nesta necessidade constante de alterações de aceleração, é desejo de todos que tudo corra bem mas subsistem as dúvidas, acrescentando que a utilização de outras tecnologias seriam mais adequadas, nomeadamente o amónio ou o hidrogénio, temos as tecnologias certas mas os grandes interesses sobrepõem-se.

- Pedro Dias Pereira questiona se o navio referido como venda abaixo do real valor foi o Augusto Gil, questiona sobre a periodicidade de formação, pede que expliquem melhor quer sobre os processos aos trabalhadores, quer sobre a queda do concurso internacional de Janeiro que implicou o ajuste direto, pede opinião sobre a empresa Marroquina FRS que opera no sector turístico do Rio, acrescentando que estudos revelam que as características do rio têm sofrido alterações, estando agora mais calmo. Diz que após as reuniões com diversas entidades, ligadas ao sector, escutadas as diversas opiniões, ainda não percebeu quais as vantagens e desvantagens da tipologia dos navios da nova frota, termina questionando se no novo enquadramento não seria vantajoso a fusão.

- Beatriz Ferreira começa por dizer que o facto dos dez novos navios serem protótipos é uma novidade. gostaria de saber como foi feito o acesso a este tipo de barcos, tendo em conta a informação de que as dragagens no rio não são feitas como deveriam, deve-se ao facto de não termos dragas?

- Paulo Rodrigues diz que o que tem dito nesta reunião tem a ver com informações que vão chegando, sobretudo da parte dos trabalhadores que operam nos navios, solicitaram visita ao navio e foi recusado. para as necessárias dragagens seriam necessárias no mínimo três dragas, como não as temos, sempre que haja necessidade de dragagem temos de alugar, estamos claramente ultrapassados em relação ao resto da Europa, o acto político deveria ser sustentado por conhecimentos técnicos.

- O presidente da comissão Luis Palma, diz perceber a complexidade em torno deste processo, acrescentando que o trabalho feito sobretudo pelos sindicatos e os trabalhadores, tem sido uma mais valia para os trabalhos da comissão, porque nos trazem uma série de conhecimentos e deveriam ser ouvidos nestes processos da renovação da frota. A nova estação fluvial anunciada no investimento no Arco Ribeirinho Sul não parece a melhor solução.

- Paulo Rodrigues: Toda infraestrutura necessária é limitada, reduzindo inclusive o conforto dos passageiros, o poder é imposto sem que seja solicitada qualquer opinião aos trabalhadores e portanto a paz social não é fomentada. Sobre operadores turísticos o rio tem potencial, pode criar postos de trabalho, pena é que sejam entregues a operadores estrangeiros, o grupo ETE não tem a melhor metodologia de trabalho, o poderio económico permite que a sua vontade seja imposta. Sobre os processos judiciais, explica que da década de noventa até à data, as horas extras tinham uma forma contabilística que facilitaram fraude por parte das empresas, o rácio não era bem feito, muitas das vezes inferior ao que a lei permitia, os processos transitaram e foram ganhos pelos trabalhadores, acrescentando que o estado não deu cumprimento à decisão e grande parte dos trabalhadores não recebeu aquilo a que por lei tinha direito, a presidente da anterior

administração demonstrou compreensão e receptividade e tentou junto da tutela que o problema fosse resolvido, e conseguiu que fossem resolvidas algumas situações, embora não o conseguisse na totalidade.

- **Luís Palma** informa que os documentos solicitados nunca nos foram enviados, é imperioso que sejam pedidos e enviados os projectos sobre as decisões que têm sido tomadas relativamente a estes processos e termina concordando em absoluto que os grandes grupos económicos definem as leis pela subserviência dos governos.

- **José Rocha** começa por agradecer a presença da comissão de trabalhadores na reunião e refere que desde que este processo foi anunciado questionou sempre as administrações e as várias entidades com quem reunimos, sobre a exequibilidade de navegação deste tipo de navios, tendo em conta as características deste rio, completamente diferentes dos outros pontos da Europa onde foram implementados esta tipologia de navios cem por cento eléctricos, por parte das administrações a resposta dada foi que os estudos foram feitos e que estava tudo acautelado, no entanto foi dito também que sendo este um processo inovador acarreta sempre riscos, por parte dos órgãos representativos dos trabalhadores a opinião é, tal como se constata nesta reunião com a comissão de trabalhadores da Soflusa, de algum ceticismo em relação à decisão de adquirir estas embarcações, com a agravante de quem opera os navios e conhece as características do rio não ter sido chamado a opinar sobre esta tomada de decisão. sobre a frota actual e tendo já sido afirmado que tendo em conta as diferentes características entre esta e a nova frota, a complementarização, ou seja a opção de carreiras mistas é impossível, a pergunta é se os barcos que operam actualmente serão aproveitados para operar no sector do turismo.

- **António Pedro Maco** diz que as informações facultadas pelos trabalhadores são de facto uma mais valia, as administrações mostram otimismo excessivo mas as preocupações são muitas, afirmando que não se percebe o porquê dos trabalhadores não serem ouvidos neste processo, continua dizendo que o governo dá pouca importância aos nossos mares, somos um país de navegantes e regredimos, termina dizendo que o papel das comissões é importante para recolha de informações que nos ajudam no nosso trabalho enquanto autarcas.

**Margarida Paulos**: referiu que nesta matéria existe alguma "hipocrisia ambiental" e que o caminho é pela "tecnologia verde", mencionado a pertinência das questões de segurança e funcionalidade da frota.

**Ivo Almeida**: estamos perante um "camião de dúvidas" no que diz respeito a este processo de transformação para uma nova tecnologia que tem aspetos pertinentes de segurança.

Ficou visto entre os membros da Comissão:

- 1.º) pedir informação ao Governo e solicitar reunião ao Ministro do Ambiente;
- 2.º) pedir reunião à Presidente da Câmara Municipal sobre esta matéria da frota da Transtejo no serviço de transporte fluvial no concelho.

